



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

1 **15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA – 09** 2 **DE SETEMBRO DE 2021.**

3 Ao nono dia (9º) dia do mês de setembro de dois mil e vinte e um (2021), às nove horas e dez minutos (9h10),
4 iniciou-se a décima quinta (15ª) Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Franca, realizada
5 no Auditório do Parque de Exposições Fernando Costa (ExpoAgro), sito à Av. Dr. Flávio Rocha, nº 500 – Franca/SP.
6 A reunião foi coordenada pelo presidente e representante titular da sociedade civil, representando as Organizações de
7 Trabalhadoras e Trabalhadores da Assistência Social, Senhor Óiter Cassiano Marques. Estiveram presentes na reunião
8 quinze (15) conselheiros(as), sendo nove (09) da Sociedade Civil e seis (06) do Poder Público, com (as)os seguintes
9 **Conselheiros(as) Titulares:** Viviane Cristina Silva Vaz Ribeiro, Alessandra Aparecida da Silva, Josiane Aparecida
10 Antunes de Campos, Óiter Cassiano Marques, Laura Cristina Gomes Lima, Roberta Pucci de Melo, Ana Paula Pinto
11 Marafiga e Jandira de Almeida Ramos. **Conselheiros(as) Suplentes na Titularidade:** Rosemary Aparecida de
12 Oliveira, Wagner José de Oliveira e Luís Otávio Montelli. **Conselheiros Suplentes:** Yheda Maria de Lanes Gaioli,
13 Marcia Tomie Nakao, Sulia das Neves Nascimento e Simone Martins Ramos. A pauta da reunião, após aprovação, foi
14 a seguinte: 1 – Ordem do dia: – Chamada e Verificação de quorum; – Apresentação das justificativas dos
15 conselheiros ausentes. 2. Deliberação sobre as Atas da 13ª Reunião Ordinária (22/07) e da 6ª Reunião
16 Extraordinária (12/08) do CMAS. 3. Aprovação da pauta. 4. Assuntos: 4.1 – *Recomposição da Mesa Diretora para*
17 *complementação do mandato 2020/2021;* 4.2 – *Apresentação da Minuta de Resolução CMAS nº /2021 –*
18 *Publicação das Deliberações da XII Conferência Municipal de Assistência Social de Franca – para ciência do*
19 *colegiado;* 4.3 – *Apresentação dos Decreto Municipal (nº 11.225 e 11.227) sobre seção de uso de Imóveis próprios*
20 *– para ciência do colegiado;* 4.4 – *Apresentação da síntese das ações do “Plano Intersetorial de Enfrentamento ao*
21 *Trabalho Infantil.” - para ciência do colegiado;* 4.5 – *Constituição de Grupo de Trabalho para Estudo e*
22 *Elaboração da Regulamentação dos Benefícios Eventuais pelo CMAS;* 4.6 – *Recebimento de Ofício SEDAS*
23 *321/2021 e proposta de ofício CMAS 57.2021, em resposta à solicitação da Secretária de Ação Social;* 4.7 –
24 *Proposta de Realização de Reunião Extraordinária do CMAS – 16.09 – 8h.* 5. Informes: 5.1 – *Publicada a*
25 *RESOLUÇÃO GAB.SEC. DE AÇÃO SOCIAL Nº 001/2021, DE 24 DE AGOSTO DE 2021. - Estabelece novas*
26 *orientações para retomada das atividades no âmbito das unidades públicas e privadas que prestam serviços*
27 *socioassistenciais;* 5.2 – *Inserção do Parecer e da Deliberação do CMAS no Sistema PMAS Web/Estado – sobre a*
28 *Inserção das Informações do cofinanciamento de Benefícios Eventuais e do Recurso Emergencial para Pop. Em*
29 *Situação de Rua;* 5.3 – *Recebimento de Despacho - SEI/MPSP - 3560858 – MPSP – Arquivamento do*
30 *Procedimento Preparatório de Inquérito Civil – Vacinação dos Trabalhadores do SUAS;* 5.4 – *Recebimento de*
31 *Ofício nº 1172/2021/MC/SEDS/SNAS/GAB/CAAD – Resposta ao Ofício CMAS 41.2020.* O Presidente Óiter iniciou
32 a reunião cumprimentando os conselheiros e convidados presentes e passou a palavra para a Secretária Executiva,
33 Maria Amélia Facioli Vergara, que realizou a chamada dos(as) conselheiros(as) anunciando o alcance do quórum e a
34 presença de onze (11) conselheiros(as) titulares ou suplentes na titularidade. Em seguida foram apresentadas as
35 justificativas de ausência dos(as) seguintes conselheiros (as): Ketelin – Ricardo Berbel Martins, Rute Alves Silveira,
36 Luzia Regina Alves, Carlos Eduardo dos Santos, Loren Lorrany Duarte, Jussara Barreto, Éder Furtado Ribeiro,



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

37 Andréa Fernanda de Faria e Sousa, Gisleide Branquinho Ramos, Josiane Aline de Oliveira Freitas, Sílvia Helena
38 Bertolino dos Santos e Leandro Ferreira. Maria Amélia confirmou também o quórum necessário de leitura antecipada
39 das atas da 13ª Reunião Ordinária (22/07) e da 6ª Reunião Extraordinária (12/08) do exercício de 2021, que foram
40 aprovadas com pequenas alterações na redação. Logo após, a mesma fez a leitura da pauta, que foi aprovada sem
41 alterações e assim, iniciou-se a discussão dos assuntos da pauta pelo item **4.1 – Recomposição da Mesa Diretora**
42 **para complementação do mandato 2020/2021;** Óiter iniciou o assunto e passou a palavra para Maria Amélia, que
43 explicou sobre a necessidade de recomposição de alguns cargos da Mesa Diretora, para complementação de mandato.
44 A Secretária explicou que no Regimento Interno do CMAS consta que a Mesa Diretora tem mandato de um ano, com
45 possibilidade de uma recondução, contudo, devido a pandemia houve um atraso na renovação do colegiado, diante
46 disso o mandato da Mesa Diretora atual se iniciou em 5 de novembro de 2020 e vencerá em 4 de novembro de 2021.
47 Explicou que a atual vice-presidente – Cidinha – se desligou do Conselho e o cargo ficou em vacância, e a conselheira
48 Yheda, segunda-secretária, que agora se encontra como suplente, não poderá compor a Mesa, uma vez que esta deve
49 ser composta por representantes titulares. De acordo com as possíveis candidaturas, conforme prevê o regimento
50 interno, para o cargo de vice-presidente apenas as conselheiras Roberta Pucci ou Jussara Barreto poderiam assumir o
51 cargo, e considerando que a segunda já compõe a mesa, como primeira-secretária, e não estando presente na reunião,
52 o colegiado aprovou a nomeação de Roberta Pucci de Melo para o cargo de vice-presidente, mediante concordância
53 desta. Com relação ao cargo de segunda-secretária, apenas a conselheira Alessandra Aparecida da Silva, representante
54 da sociedade civil, estaria apta e presente na reunião, assim, mediante concordância da mesma o colegiado aprovou a
55 nomeação desta para o cargo. Dessa forma, seguiu-se ao item **4.2 – Apresentação da Minuta de Resolução CMAS**
56 **nº /2021 – Publicação das Deliberações da XII Conferência Municipal de Assistência Social de Franca – para**
57 **ciência do colegiado;** Após início do assunto pelo presidente, foi explicado por Maria Amélia que as deliberações da
58 XII Conferência Municipal de Assistência Social já foram aprovadas pelos participantes delegados das sessões
59 plenárias da Conferência, porém, antes de sua publicação o resultado é apresentado para ciência do colegiado. Os
60 conselheiros concordaram com a publicação e foram convidados a divulgarem o documento, após a sua publicação no
61 Diário Oficial do Município. Passou-se ao item **4.3 – Apresentação dos Decretos Municipais (nº 11.225 e 11.227)**
62 **sobre cessão de uso de Imóveis próprios;** Óiter apresentou o assunto e passou a palavra para Jandira, conselheira e
63 representante da gestão, que apresentou os Decretos Municipais, apenas como informe ao colegiado. Explicou que os
64 decretos fazem referência à regularização da cessão de uso de imóveis da Prefeitura de modo geral e não somente da
65 Ação Social. Salientou que esses foram gerados através de um TAC, pois a Prefeitura possui alguns imóveis cedidos
66 sem documentos e o Ministério Público estabeleceu tal regularização. O Decreto Municipal nº 11.225 é para cessão de
67 uso de imóveis em uso por OSCs, que, conforme Lei 13.019/2014, estabelece a necessidade de chamamento público
68 para o uso correto. Os imóveis da Assistência Social que estão cedidos através de chamamento público e tem todos os
69 repasses para as OSCs estão regularizados, porém aqueles imóveis que estão cedidos para as entidades que não tem
70 chamamento e não recebem recurso, ou aqueles que venham a ser solicitados, dizem respeito ao Decreto nº 11.227. A
71 solicitação pela OSC para uso de um imóvel precisa ser realizada através de uma manifestação de interesse social, ou
72 seja, apresentar uma proposta à Prefeitura para uso de imóvel com característica social devendo atender o interesse

73 coletivo. Feitas as explicações e não havendo questionamentos por parte do colegiado, seguiu-se para o item **4.4 –**
74 ***Apresentação da síntese das ações do “Plano Intersetorial de Enfrentamento ao Trabalho Infantil.” - para ciência***
75 ***do colegiado;*** Óiter iniciou o assunto e passou a palavra para Iara, conselheira e representante da gestão. Inicialmente
76 Iara fez uma contextualização acerca da necessidade de se pensar em estratégias urgentes de enfrentamento ao
77 trabalho infantil no município, destacando que em 2021, com o agravamento deste cenário foi implantada a primeira
78 equipe de Abordagem Social e entre os meses de junho e julho, realizou-se um levantamento de dados motivado pela
79 presença de crianças e adolescentes nos semáforos das principais avenidas da cidade de Franca. Este levantamento
80 constituiu-se em uma amostra de 105 crianças e adolescentes em exploração pelo TI, totalizando 195 situações
81 identificadas, incluindo as piores formas. Disse que esse Plano tem como proponentes representantes das
82 áreas/secretarias: Secretaria de Ação Social, Secretaria de Desenvolvimento Social, Secretaria de Educação,
83 Secretaria de Saúde e Fundação de Esporte, Arte e Cultura, com atribuição de planejar, acompanhar e monitorar as
84 ações propostas. Foi criada uma Comissão Intersetorial, composta por estes representantes e que será publicada a
85 Portaria de nomeação de seus membros, em breve. Pontuou que o Plano de Ação foi apresentado ao Fórum de
86 Erradicação do trabalho infantil, que é composto por diversos atores, sendo eles: o Poder Judiciário, Ministério
87 Público do Trabalho, Poder Público, Escola de Aprendizagem, Gerência Regional do Trabalho e CMDCAF, Em
88 seguida Iara apresentou os principais pontos e ações do referido Plano de Ação, que tem como meta atender 195
89 crianças e adolescentes, residentes no município de Franca, que se encontrem em situação de exploração do trabalho
90 infantil, em qualquer uma de suas formas. Os objetivos principais são: Realizar ações intersetoriais territorializadas
91 para enfrentamento da situação de trabalho infantil; Atuar em ações de identificação, defesa e proteção social das
92 crianças e adolescentes em situação de exploração do trabalho infantil; Promover durante as atividades desenvolvidas
93 a centralidade na família, bem como seu fortalecimento; Desenvolver e promover ações de comunicação e
94 mobilização social nos territórios, como campanhas, eventos oficinas. Em seguida Iara apresentou as ações traçadas
95 por meio dos 4 Eixos, sendo Eixo I: Informação e mobilização nos territórios; Eixo II – Identificação; Eixo III –
96 Proteção Social; Eixo 4 – Apoio a Defesa e Responsabilização. Destacou que com relação ao Renda Mínima foi posto
97 pela gestão que existe a necessidade de priorizar a realidade urgente do município – trabalho infantil –, utilizando-se
98 das estratégias existentes como o Renda Franca e o Cartão-Alimentação, além do próprio Renda Mínima,
99 flexibilizando as inserções e buscando recursos para ampliar as vagas e as equipes. O presidente Óiter destacou a
100 importância do Plano apresentado, porém pontuou a necessidade de ofertar ações também as crianças abaixo de 15
101 anos, bem como, a ampliação de vagas do Programa Renda Mínima. Viviane parabenizou a gestão pelo Plano, porém
102 ponderou que sentiu a ausência da parceria e realização do trabalho em conjunto com Fórum de Erradicação do
103 Trabalho Infantil, e em resposta Iara salientou que o Fórum, o CMDCAF e o Conselho Tutelar apresentarão propostas
104 para compor o Plano. Os conselheiros reforçaram a importância de fortalecer o Renda Mínima, uma vez que é um
105 programa permanente, fazendo a defesa da Política Pública, considerando ainda a deliberação dessa questão na XII
106 Conferência Municipal de Assistência Social de Franca, além da necessidade de estudar as demandas reprimidas para
107 o programa, a ampliação de vagas, bem como atender as necessidades postas pelas unidades estatais. Foi reforçado
108 sobre a importância do trabalho intersetorial, propiciando troca de informações a fim de elaborar novas estratégias e



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

responsabilizar os devidos setores, pois a Assistência Social não consegue e não deve lidar sozinha com as problemáticas apresentadas. Foi sugerido a territorialização das ações como uma forma de estratégia, sem deixar de levar em consideração a necessidade geral do município. Sem mais discussões, seguiu-se para o item **4.5 – Constituição de Grupo de Trabalho para Estudo e Elaboração da Regulamentação dos Benefícios Eventuais pelo CMAS**; Óiter introduziu o assunto e passou a palavra para Maria Amélia, que explicou que o Governo do Estado cofinanciou uma parcela do Benefício Eventual no ano de 2021 e a DRADS encaminhou um e-mail informando que existe a proposta de cofinanciar o B.E. de fato, havendo municípios elegíveis para receber mais uma parcela. Porém, para que isso ocorra é preciso que o Conselho regule a Lei de Benefício Eventual, surgindo portanto a necessidade da formação de um grupo de trabalho para executar essa função, considerando ainda o curto prazo para a resposta (17 de setembro). Dessa forma o colegiado definiu a composição paritária do grupo de trabalho como segue: Alessandra – sociedade civil; Laura – sociedade civil; Viviane – sociedade civil; Jandira – poder público; Roberta – poder público; Simone – poder público. Esse grupo de trabalho deverá analisar e apresentar uma proposta de minuta de resolução que deverá ser deliberada pelo colegiado em Reunião Extraordinária, com a proposta de realizá-la na próxima quinta-feira, 16 de setembro. Passou-se, em seguida, ao item **4.6 – Recebimento de Ofício SEDAS 321/2021 e proposta de ofício CMAS 57.2021, em resposta à solicitação da Secretária de Ação Social**; Óiter iniciou a discussão e passou a palavra à Secretária Executiva, Maria Amélia, que explicou que o referido ofício se trata de uma solicitação da Secretária de Ação Social, sobre a deliberação detalhada do conselho, constando número de aprovações, reprovações e abstenções, a respeito da alteração no Renda Mínima e as “ressalvas” apresentadas. O ofício traz também a informação de que as ressalvas postas na resolução, podem inviabilizar a aprovação do projeto de lei na câmara. Maria Amélia explicitou que a deliberação foi favorável à proposta apresentada pela gestão, contendo “recomendações”, a partir da discussão realizada pelo colegiado. A proposta de ofício resposta, elaborado pela Mesa Diretora, foi apresentado. As representantes da gestão informaram que o setor jurídico teve o entendimento de que a câmara não aprovará, pois a resolução está condicionada às recomendações. O colegiado, no entanto, se posicionou pela defesa das recomendações postas, uma vez que é natural que o Conselho aprove integral, parcialmente e/ou com ressalvas e recomendações, não inviabilizando a aprovação do mesmo. Após discussão a respeito do assunto foi definido pelo encaminhamento do ofício resposta e a manutenção das recomendações sugeridas pelo colegiado. Dessa forma passou-se ao item **4.7 – Proposta de Realização de Reunião Extraordinária do CMAS – 16.09 – 8h**; A proposta de Reunião Extraordinária foi aprovada pelo colegiado, conforme apresentada e definida a ser realizada no formato híbrido, com parte do colegiado presencialmente e parte online. O presidente Óiter sugeriu realizar a reunião no Sindicato de Servidores, ficando de confirmar com o Presidente daquele órgão e posteriormente o colegiado será informado. Seguiu-se aos informes, item **5.1 – Publicada a RESOLUÇÃO GAB.SEC. DE AÇÃO SOCIAL Nº 001/2021, DE 24 DE AGOSTO DE 2021. - Estabelece novas orientações para retomada das atividades no âmbito das unidades públicas e privadas que prestam serviços socioassistenciais**; Maria Amélia informou que esse tópico refere-se apenas para ciência do colegiado, lembrando que o documento de orientações foi encaminhado por e-mail ao colegiado. No item **5.2 – Inserção do Parecer e da Deliberação do CMAS no Sistema PMAS Web/Estado – sobre a Inserção das Informações do cofinanciamento de Benefícios Eventuais e do Recurso Emergencial para Pop. Em**



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

145 **Situação de Rua;** explicou que as deliberações do estado são apresentadas ao colegiado, deliberadas e inseridas no
146 Sistema PMAS, com o parecer do CMAS – somente para ciência. Referente ao item 5.3 – **Recebimento de Despacho**
147 **- SEI/MPSP - 3560858 – MPSP – Arquivamento do Procedimento Preparatório de Inquérito Civil – Vacinação dos**
148 **Trabalhadores do SUAS;** informou que havia um Procedimento Preparatório de Inquérito Civil, que tratava a respeito
149 da vacinação para os trabalhadores do SUAS e solicitava informações para a Secretaria de Saúde. A resposta foi de
150 que, devido ao número limitado de doses da vacina, não havia como priorizar certos públicos e o procedimento foi
151 arquivado. O colegiado demonstrou decepção, uma vez que a Assistência Social foi considerada serviço essencial no
152 período de pandemia, mas não houve priorização de segurança e cuidado aos trabalhadores da área. No tópico 5.4 –
153 **Recebimento de Ofício nº 1172/2021/MC/SEDS/SNAS/GAB/CAAD – Resposta ao Ofício CMAS 41.2020;** Maria
154 Amélia informou que o ofício respondido trata do posicionamento do CMAS sobre a redução no valor de 30% de
155 repasse aos serviços executados pelas entidades, manifestando discordância, que foi enviado a diversos órgãos. Nesse
156 sentido o Ministério da Cidadania respondeu, mais de um ano depois, justificando a Portaria que trata sobre a
157 equalização de recursos e a autonomia dos entes. Para finalizar, a Secretária Executiva informou que encaminhará a
158 Lei do CMAS, o Regimento Interno e capacitação de conselheiros online, para as novas conselheiras. Nada mais
159 havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada às onze horas e vinte minutos (11h20), tendo sido gravada para consulta
160 dos conselheiros que solicitarem. Eu, Maria Amélia Facioli Vergara, secretária-executiva deste CMAS, lavrei a
161 presente ata, que uma vez lida e aprovada será anexada a lista de presença.